

CORREIO NACIONAL



Afirmção é do presidente da Funasa, Alexandre Ribeiro

Brasil levará a importância do saneamento básico a COP 30

Cisternas que armazenam água para famílias do Semiárido. Nova tecnologia que transforma água bruta em potável para comunidades da Amazônia. Implementação de saneamento básico nas zonas rurais e municípios pequenos. Estes são alguns dos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde. Esses foram alguns dos assuntos tratados pelo presidente da Funasa, Alexandre Ribeiro, em en-

trevista a Luciano Seixas e Mariana Jungmann na Voz do Brasil desta quinta-feira (30/10). Ele fala sobre o impacto dessas ações na vida de ribeirinhos, quilombolas, indígenas e produtores rurais e outras populações espalhadas pelos rincões do Brasil. Alexandre Ribeiro alerta também para a necessidade de os países tratarem como prioridade a questão do saneamento básico, sobretudo em meio ao cenário de mudanças climáticas.

2ª etapa do Revalida 2025/1

Os candidatos da segunda etapa do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira 2025/1 (Revalida) que entraram com recursos referentes à versão preliminar das questões do exame, já podem consultar o parecer final das

bancas de especialistas do exame. O resultado foi publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Sistema Revalida. No mesmo site, os participantes podem consultar as razões de deferimento ou indeferimento do recurso.

Renegociação de dívidas do Fies

As pessoas que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de contratos assinados a partir de 2018, poderão renegociar seus débitos a partir deste sábado (1º) até dezembro de 2026. O Ministério da Educação (MEC) calcula que a medida deve beneficiar cerca de 160 mil estudantes

com parcelas em atraso, que somam aproximadamente R\$ 1,8 bilhão em saldo devedor. O objetivo é ajudar os que enfrentam dificuldade financeira a ter novamente seus nomes limpos, fora de cadastros restritivos de crédito. O Fies é um programa do Ministério da Educação.

Metanol: casos chegam a 59

Os casos confirmados de pessoas intoxicadas por metanol subiu para 59, segundo atualização divulgada nesta quarta-feira (29) pelo Ministério da Saúde. O estado de São Paulo lidera o número de casos confirmados (46), seguido por Paraná (6), Pernambuco (5), Rio Grande do Sul (1) e Mato

Grosso (1). O número de pessoas que morreram em razão da intoxicação continua em 15: Nove em São Paulo, três no Paraná e três em Pernambuco. Outros 9 óbitos estão sendo investigados, três em Pernambuco, dois no Paraná, um em Minas Gerais, um no Mato Grosso do Sul, e dois em São Paulo.

Dia dos Merendeiros

No Dia da Merendeira e do Merendeiro, comemorado em 30 de outubro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação (MEC) celebraram o trabalho de quem transforma alimentos em cuidado, aprendizado e afeto nas escolas

Gestão e educação na saúde

Para fortalecer a governança dos programas de residência em saúde e ampliar a formação de especialistas e técnicos em áreas estratégicas, o Ministério da Saúde publicou hoje (30) a atualização da portaria GM/MS nº 8.570/ 2025 , que institui novos incentivos financeiros

por meio do Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (Valoriza GTE-SUS). Para 2025, o valor previsto é de R\$ 30,3 milhões. Os novos investimentos serão direcionados ao aprimoramento da gestão.

Desmatamento no Cerrado e Amazônia reduz 11%

Dado mostra compromisso com desmatamento zero, diz ministra

O desmatamento na Amazônia e no Cerrado diminuiu no período de agosto de 2024 a julho de 2025, segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Na Amazônia, a queda foi de 11,08% em relação ao período anterior, de agosto de 2023 a julho de 2024. Já no Cerrado, a queda foi de 11,49%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (30), pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA).

Na Amazônia, os dados mostram que foram desmatados 5.796 km². Esta é a terceira menor taxa da série histórica, que começou a ser medida em 1988, e o terceiro ano consecutivo de redução.

Os estados que mais contribuíram com o desmatamento foram o Pará, Mato Grosso e Amazonas, que responderam, juntos, por 80% de todo o desmatamento na Amazônia Legal.

O Tocantins registrou a maior queda proporcional, com 62%. A queda pode ser explicada porque o estado possui uma área de floresta menor que os outros integrantes da Amazônia Legal. O Amapá teve uma queda de 42%; Roraima apresentou queda de 37%.



Na Amazônia, os dados mostram que foram desmatados 5.796 km²

Em Rondônia, a redução foi de 33%. O Acre registrou queda de 27%, consolidando uma tendência na região desde 2021. Já no Maranhão, a queda foi de 26%; e no Amazonas o percentual foi de 16,93%.

“Ainda que exista uma queda do desmatamento, uma coisa que chama atenção é o incremento da área desmatada por degradação progressiva, com grandes incêndios florestais que chegam a levar a floresta ao colapso”, afirmou o coordenador do Programa BiomasBR do Inpe, Cláudio Almeida.

Ele destaca o aumento de 25,05% no desmatamento em Mato Grosso, estado bastante afetado por incêndios.

Em relação ao Cerrado, o desmatamento atingiu a taxa oficial de 7.235,27 km², o que equivale a uma queda de 11,49% em relação ao período de agosto de 2023 a julho de 2024. É o segundo ano consecutivo de redução, após cinco de alta.

Os dados do Prodes mostram que o maior percentual de desmatamento ocorreu na área do Matopiba – região de fronteira do agronegócio que

abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Juntos, eles responderam por 78% de toda a área desmatada no bioma.

Os maiores desmatadores foram o Maranhão, que registrou 28% de toda a área desmatada; Tocantins, com 21%; Piauí, com 19% e a Bahia, com 11%.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse que os dados mostram o compromisso do governo com a agenda ambiental de desmatamento zero até o ano de 2030.

Agora Tem Especialista chega ao PA, CE e DF

“Eu deixava de sair por conta da dor. Às vezes, queria levar o meu filho mais novo na praça, a uma praia, mas não conseguia. Não conseguia dormir a noite, chorava bastante e andava a casa toda porque não encontrava uma posição que aliviasse as dores”. Essa era a realidade de Andenise Fernando de Oliveira Melo, de 60 anos, que nos últimos quatro anos sofria de desgaste da articulação do fêmur da perna esquerda.

Esse capítulo difícil se encerrou em agosto deste ano, quando ela foi submetida a uma cirurgia no quadril para colocação de prótese artificial. O procedimento foi garantido pelo programa Agora Tem Especialistas, iniciativa do governo federal que abriu a possibilidade de planos de saúde converterem as dívidas em prestação de serviços especializados para a rede pública no estado do Pernambuco, onde Andenise mora.

A partir de novembro, mais estados contarão com esse tipo de atendimento. Pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) que aguardam por consultas, exames e cirurgias no Pará, Ceará e Distrito Federal também poderão ser atendidos por hospitais privados da Hapvida. A expansão foi anunciada nesta quinta-feira (30), pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em São Paulo (SP).

O ministro anunciou, ainda, a adesão do hospital Santa Marcelina, que, junto a outros 11 estabelecimentos de saúde privados e filantrópicos, já pode atuar na rede pública pelo programa.

Com a ampliação, mais pessoas poderão retomar a vida, assim como a Adenise. Antes da cirurgia, a pernambucana não conseguia nem mesmo subir as escadas de casa.



Cúpula da ONU com presença brasileira ocorre de 3 a 6 de novembro

Avanços sociais do país serão exibidos no Catar

Nos próximos dias, entre 3 e 6 de novembro, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, cumpre agenda em Doha, no Catar, entre para participar da Primeira Reunião de Líderes da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e da Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social. A programação também inclui diversas reuniões bilaterais e mesas redondas de alto nível.

A comitiva do MDS é integrada pelos secretários de Inclusão Socioeconômica, Luiz Carlos Everton de Farias; de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único; Rafael Guerreiro Osorio; de Renda de Cidadania, Eliane Aquino; e de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian dos Santos Rahal.

“A Segunda Cúpula representa um espaço oportuno e único para reunir líderes mundiais, organizações internacionais, sociedade civil, além dos setores privado e acadêmico, para tratar de questões de desenvolvimento social no mais

alto nível e promover progresso social, sem deixar ninguém para trás”, explicou o titular do MDS. “O Brasil chega a esta Cúpula com resultados concretos, mas também com a disposição de aprender e cooperar. O desafio social é global, e a resposta precisa ser coletiva”, completou.

Entre os avanços impulsionados pelo Governo do Brasil está a saída do país do Mapa da Fome, anunciado em julho deste ano, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU). Além disso, o país registrou, em 2024, o menor nível de desigualdade desde o início da série histórica da PNAD Contínua, em 2012, com o índice de Gini caindo para 0,506 – o mais baixo já registrado. Os dados foram divulgados em maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na terça-feira (4.11), o titular da pasta e secretários participam de uma sessão que analisa as medidas tomadas pelo governo brasileiro rumo à redução da pobreza e da desigualdade social. Autoridades vão apre-

sentar inovações no Cadastro Único, avanços nas políticas de segurança alimentar e nutricional, redesenho do Bolsa Família e ações de inclusão socioeconômica, como o Programa Acredita no Primeiro Passo.

A Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, que ocorre de 4 a 6 de novembro na capital do Catar, visa abordar as lacunas e reafirmar o compromisso com a Declaração de Copenhague (1995) sobre Desenvolvimento Social e o Programa de Ação e sua implementação, além de impulsionar a implementação da Agenda 2030.

A Declaração de Copenhague foi aprovada durante a Primeira Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em março de 1995 na Dinamarca, sob a liderança da Organização das Nações Unidas. Representou um marco porque, pela primeira vez, líderes mundiais reuniram-se especificamente para discutir o desenvolvimento social como dimensão essencial do desenvolvimento humano e sustentável.